

A LIBRAS NA FORMAÇÃO DOCENTE: UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA

BRAZILIAN SIGN LANGUAGE (LIBRAS) IN TEACHER EDUCATION: AN EGALITARIAN EDUCATION

LA LENGUA BRASILEÑA DE SEÑAS (LIBRAS) EN LA FORMACIÓN DOCENTE: UNA EDUCACIÓN IGUALITARIA

Marisa Araújo Castelo

Mestranda em Ciências da Educação pelo Instituto Superior Interamericano de Ciencias Sociales

marisaaraujocastelo@gmail.com

Dr. Jacyguara Costa Pinto

Doutor em Ciências da Educação pelo Instituto Superior Interamericano de Ciencias Sociales – ISICS

jacyguaracosta@gmail.com

165

RESUMO

A Existência de grupos sociais diferenciados é bastante refletida na exclusão educativa. Os pilares da educação inclusiva precisam pautar-se em formação docente em libras como forma de aproximação do interlocutor e emissor. Portanto para uma educação inclusiva igualitária será necessário discussões e debates acerca da problemática “a língua de sinais na formação docente”. As considerações de alguns professores sobre a LIBRAS implicam que, é uma língua necessária como qualquer outra, e que precisa ser trabalhada e utilizada como ferramenta de desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem de alunos surdos e professores ouvintes, para que possam compreender o significado de cada disciplina e a escola possa absorver uma educação realmente para todos. Uma destas medidas se realiza na ampliação da formação do professor, inserindo na sua graduação e/ou em cursos de habilitação, a Língua Brasileira de Sinais como uma das partes principal da educação inclusiva. Durante muitos anos, o sujeito surdo teve seu processo educacional negado, sobre a alegação de que não possuía o domínio da oralidade e que não era capaz de adquirir qualquer conhecimento. Mais do que uma política de reparação, a aquisição da LIBRAS, pelo professor assegura ao discente surdo uma educação de qualidade pautada na valorização das diferenças e no respeito de sua identidade. Este e outros assuntos serão discutidos no presente artigo que traz em seu bojo a discussão da problemática “a libras na formação docente”, apoiando-se na fundamentação teórica bibliográfica de autores que defendem o conhecimento da LIBRAS na formação acadêmica.

PALAVRAS CHAVE: Inclusão. Exclusão. Formação docente. Surdos. LIBRAS.

INTRODUÇÃO

A escola é o reflexo da sociedade, sendo na pluralidade de grupos sociais que ali residem onde se encontra a maior parte dos processos discriminatórios, esses grupos que não se enquadram nos modelos pré-definidos na sociedade, são excluídos do processo educacional. Durante muito tempo se acreditou que o surdo, pela não aquisição da oralidade, se encontrava excluído do processo educativo, embora ainda hoje, alguns professores ainda pensem dessa forma.

Ao discutir-se inclusão educacional, sugere-se uma reflexão mais ampla, no que se refere às questões sociais e respeito à diversidade. A inclusão, nas suas diversas modalidades social, cultural, educacional e política, é um processo que reflete os anseios contemporâneos – o tempo das diferenças que são cada vez mais externadas pelo processo da globalização, que pluraliza, entrando em choque com os antigos perfis uniformizadores. Historicamente, as pessoas surdas têm sido excluídas do espaço escolar onde tem se efetivado a aquisição da linguagem oral e escrita daqueles que frequentam as classes regulares de ensino. Por muitos anos o espaço educacional dos surdos foi às instituições filantrópicas, associações e outros.

No Estado do Amapá esse quadro não foi tão diferente, os surdos em sua escolarização até a década 2000 (dois mil) não desfrutavam de nenhum espaço de inclusão escolar, eram limitados às salas especiais e instituições como APAE cuja responsabilidade se efetivava na cessão. Só então a partir do ano de 2000, os surdos passam a participar do processo de inclusão escolar. Muitos questionamentos ainda estão sendo feitos acerca da temática, pois a inclusão de alunos surdos em escolas comuns, principalmente nas séries iniciais onde é possível acatar muito facilmente a concepção dos professores. Por outro lado, algumas escolas de ensino comum ainda não estão preparadas para o processo inclusivo da pessoa surda.

As dificuldades encontradas por eles são produtos de vários fatores, entre eles a formação docente, a qual durante muito tempo está baseada na tradição oralista que considera a pessoa surda como portador de deficiência. Por outro lado, ainda são consideradas, poucas as instituições preocupadas em ministrar cursos de formação aos

professores que trabalhem numa abordagem pedagógica comprometida com a diversidade e especificidade de cada um.

Considerando que ainda hoje a prática pedagógica desenvolvida com essa falta de comunicação com o surdo não ultrapassou o muro de uma aprendizagem precária e estabelece limites entre professor-aluno e até mesmo na própria família. Torna-se necessário um ensino voltado ao desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS que perpassa todos os níveis do conhecimento, tendo em vista que a inclusão de surdos tem trazido o desafio de mudarmos a forma de ver o mundo, de agir e de pensar. No cotidiano escolar há um número bastante expressivo de alunos surdos matriculados no ensino infantil, fundamental, médio e salas de educação especial. Dados esses que mostram a insatisfação pelo insucesso da aprendizagem dos mesmos.

A maioria dos professores não tem formação para desempenhar suas práticas pedagógicas ou fazer acompanhamento (assessoramento) dos alunos surdos. Daí a importância da priorização do tema “A libras na formação docente” tendo em vista que hoje se vive um momento em que a inclusão de pessoas surdas é alvo de recusa por alguns profissionais que ao deparar-se com tal situação sentem-se ameaçados por não dispor dos conhecimentos sobre a LIBRA, língua materna do surdo.

Para tanto as políticas públicas de educação precisam voltar-se para a valorização na formação docente, facilitando-as uma habilidade de comunicação em LIBRAS. As escolas públicas e privadas devem garantir a inclusão e atendimento aos surdos como regem as normas legais em vigor; Constituição Federal, que trata que “a educação é um direito de todos e dever do estado e da família”, LDB 9496/96, “prever a inclusão de alunos com deficiência em salas regulares de ensino” e LEI 10.436/02 que “reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão”. Apesar dos termos legais serem de fácil acesso, os avanços em relação à formação de professores no desempenho e habilidades em língua brasileira de sinais, estão cotados em uma pequena parcela de professores com habilitação em LIBRAS, o que não se pode negar que essa pequena construção essencialmente continua na educação, está somente a cargo do esforço do próprio professor e não sob o compromisso do sistema educacional como regem as leis em vigor.

DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS

O avanço do processo de “*inclusão*” tem feito com que a temática tenha sido um dos principais pontos de análise contemporâneo sobre o processo educativo. A reformulação desse processo mesmo se afirmando como necessário, ainda é visto com resistência pela grande maioria dos educadores, após diversas pesquisas e debates alguns documentos foram criados para assegurar um processo educativo mais pluralizado; (Declaração de Salamanca, 1994), que deixa bem claro que, “os sistemas educativos devem ser projetados e os programa aplicados de modo que tenha em vista toda gama das diferentes características e necessidades”.

Por outro lado, em termos nacionais, as políticas publicam posicionam-se favorável à inclusão, evidenciando esforços para possibilitar o ingresso de todos à escola regular de ensino e instituindo critérios para que essa proposta se concretizasse como reza a própria LDB (LEI 9394/1996), quando, “passa para os estados e municípios a responsabilidade da universalização do ensino aos cidadãos que neles residem”.

Acredita-se ainda, que o compromisso maior seja está atento aos discursos que pregam as “maravilhas” da inclusão sem qualquer atenção aos obstáculos que se apresentam à sua concretização. (Lodi 2009) orienta para, “quando se opta pela inserção do aluno surdo na escola regular, esta precisa ser feita com cuidados que visem garantir sua possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, além de o respeito por sua condição linguística”

Os debates sobre a inclusão precisam aos poucos surtir efeitos nas políticas publicas educacionais inclusivas aplicadas na escola. Para tanto, há necessidade de se montar infra-instrutoras adequadas que atenda as diferenças principalmente de crianças surdas, como confirma. (OLIVEIRA, 2009. P.15) “apontando para a necessidade de reflexão e reformulação das políticas de formação de professores na área de educação especial e da educação regular”.

Dessa forma as políticas educacionais que formam o sistema educacional de ensino, ainda precisam refletir melhor sobre a prática docente para não criar impasses significativos quanto à identidade e o processo de aprendizagem dos alunos surdos através da inclusão. (OLIVEIRA, 2009. P.15), “chama atenção para a relevância da

formação continuada, envolvendo apoio pedagógico escolar em ação coletiva, reflexiva e dialógica”.

Levando a crer que, incluir no contexto de surdez não significa apenas inserir o aluno surdo em salas de ensino comum, mas respeitar suas diversidades culturais, atendendo as suas especificidades, como referência. (LOPES, 2007. P.16). Diz que, “entender a surdez como um traço cultural não significa tira-la do corpo, negando seu caráter natural, e não há como fazer significações sem que haja conhecimentos sobre a surdez e cultura, significado e comunicação estão intimamente intrincados que não há como saber quando um termina para começar o outro”.

Mesmo com tantas medidas à cerca da tão esperada inclusão escolar, é necessário, refletir ainda mais sobre o que é realmente incluir e respeitar a individualidade na diversidade cultural, como mais uma vez reforça, (LODI, 2009. P. 96), “Na direção do que vem sendo recomendado pelas diretrizes oficializadas e pelos estudos na área da surdez, o programa de inclusão enfatiza a importância da aquisição da língua de sinais o mais cedo possível para todos os profissionais da escola”.

A escola é o universo inclusivo de todas as pessoas que têm direito à escolarização, e seu principal objetivo é desenvolver métodos que sensibilize a sociedade de forma geral a valorizar a diversidade humana. Para (Almeida, 2004, P. 23) “o objetivo principal dessa intervenção é seu caráter preventivo, gradativo, promovendo o pensar sobre a inclusão, sua representação simbólica em nós, seres humanos; por meio da sensibilização, conscientização e informação sobre inclusão no meio escolar”.

Portanto quando se fala de uma sociedade de direitos para todos, fala-se também de uma política nacional de educação responsável pela coordenação e implementação de educação a diversidade humana, com mais sensibilidade e iniciativas de apoio às escolas no que se refere a acessibilidade e reparação de currículo em áreas específicas. (ALMEIDA, 2004, p. 103). Afirma, “Que nesse sentido, há que se considerarem os direitos fundamentais aplicados às com necessidades especiais, principalmente os de igualdade e liberdade e suas derivações. Outro ponto de discussão importante diz respeito às políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para as pessoas com necessidades especiais, que contribuam para o exercício desses direitos”.

DA IDENTIDADE SURDA

A discussão sobre surdez, educação e língua de sinais vem sendo ampliada nos últimos anos, por profissionais que desenvolvem a educação escolar para surdos, como também pela própria comunidade surda.

A oficialização da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS LEI nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, começou a Apontar novos rumos e gerar polêmicas por profissionais que trabalham com surdos e por surdos oralizados, que não se sentem parte de uma comunidade surda.

Muitos profissionais que trabalham com surdos ainda tem uma visão sobre a língua de sinais- LIBRAS, como uma forma de comunicação, não atribuindo a ela o status de língua, considerando-a apenas uma alternativa para os surdos que não conseguiram desenvolver a língua oral. Como pontua (SKLIAR, 1997, p. 48). “Como conseqüência da visão oralista sobre a língua de sinais, o surdo acaba não participando do processo de integração social”.

Haja vista que a sustentação do oralismo é simplesmente a inserção do surdo na comunidade ouvinte, o que não consegue ser alcançado na prática, pela grande maioria dos surdos, e que acaba refletindo no desenvolvimento de sua linguagem, sendo então o surdo silenciado pelo ouvinte, por muitas vezes não ser compreendido. (Moura, 2000, p.55) diz que, “nesta perspectiva, vejo todas estas tentativas de oralização do surdo, caminharam numa busca incessante de uma transformação do surdo num ouvinte que jamais poderia vir a ser, Por não se comportar, e nem aprender da mesma maneira que ouvinte”.

A libras surgiu, como um mecanismo de afirmação da identidade surda, identidade silenciada durante muitos anos. Através da pratica da oralização forçada, os surdos eram ensinados a falar através do método da repetição e apontação. Por não dominarem a oralidade, eram excluídos do processo educativo e considerados inaptos para o desempenho de qualquer atividade, além de não poderem ser responsáveis pela condução e construção do seu próprio futuro, (LOPES, 2007, P. 17) diz que, “Não há como fazer significações sem que haja conhecimentos, representações sobre o que é ser surdo e o que

é surdez, também não há como fugir aos significados produzidos no circuito da cultura, nem como nos livrarmos da cultura que nos faz seres produtivos e interpretativos”.

De acordo com o entendimento sobre os relatos da autora, sem a LIBRAS não haverá aprendizado para o surdo e sim uma descaracterização da cultura do mesmo. Por não dominar a LIBRAS, e não receber estímulo para isso poderá apresentar uma séria de conseqüências no desenvolvimento do seu aprendizado e no fortalecimento da sua própria cultura. Para (LOPES, 2007, p. 17) “Diante de tal compreensão, o que se torna imprescindível é demarcar o terreno e escolher bem os parceiros que vão ajudar a definir um tipo de entendimento e um tipo de construção de sentidos para a questão do ser surdo. É a partir disso tudo que se pode compreender a surdez como uma invenção antropológica e cultural”.

Visto que, hoje os movimentos para a difusão e prática da língua brasileira de sinais estão se ampliando cada vez mais e alguns grupos familiares, religiosos, instituições de ensino e a própria comunidade surda que defendem os direitos dos surdos, já organizam encontros para traçar estratégias “*visando*” a propagação da mesma como uma linguagem primordial no ensino aprendizagem da pessoa surda. Segundo (Moura, 2003, P. 36). “A identidade surda só se constituirá por meio da língua de sinais, destaca que a libras, é a forma especial de o surdo ver, estabelecer relações e valores, e que por isso deve ser usada na sua escolarização”.

Alunos surdos tanto quanto alunos ouvintes necessitam interagir com a leitura e escrita para que não fiquem apenas apegados ao processo de memorização pela repetição do que aparece nas atividades escolares. Pois o percurso dos surdos pela língua portuguesa precisa ser bastante amplo no sentido de convivência com a leitura e escrita, visto que uma classe composta por alunos surdos e ouvintes ganha uma abordagem bilíngue de educação e prima por trabalhos em coletividade para a socialização de linguagem.

Percebe-se ainda que um dos pontos significativos para a inclusão de pessoas surdas é a participação da família na escola. (BEYER, 2006, p.90) adverte que, “As falas dos docentes anunciam e denunciam dificuldades, frustrações, temores, porem também a esperança de que através dos vários intercâmbios a serem estabelecidos entre professores, pais, alunos, e outros sujeitos do espaço escolar, avanços e transformações possam ser produzidos, gerando-se, quem sabe, uma inclusão escolar possível”.

A interação familiar possibilita a aquisição de valores culturais e moral mais eficaz na formação da pessoa inclusa. Acredita-se que quando todos que compõem o cotidiano escolar souberem se comunicar fluentemente em Libras haverá uma interação maior de idéias para romper as barreiras sociais, divergindo dos preconceitos e convergentes para a consciência de uma sociedade inclusiva e igualitária. Para (Almeida, 2004, p. 85), “Educar é transmitir aos filhos os costumes, valores e normas vigentes na sociedade em que vivemos, sendo os pais os primeiros e principais educadores”.

Afirmar que ainda existe resistência à inclusão pode parecer assustador, mas, essa realidade ainda existe tanto no âmbito escolar, profissional, familiar, como em outros setores da sociedade brasileira; e o mais preocupante é que a principal resistência tem com origem a falta de formação e informação, que terminam gerando em grande parte da sociedade um comportamento marcante com relação à inclusão, principalmente das pessoas surdas.

A FORMAÇÃO DOCENTE E O ATENDIMENTO AO SURDO NO ENSINO REGULAR EM LIBRAS

A inclusão é um conceito que busca remover as barreiras que sustentam a exclusão escolar e social. Quando se fala de inclusão, fala-se de uma nova postura da sociedade, de uma sociedade que permita que apareçam as diferenças. O professor é o componente principal para a formação da educação inclusiva, pois irá viabilizar na sala de aula as condições necessárias para atender todos os alunos em suas necessidades e peculiaridades. (PETER MITTLER 2003 P. 31). “A principal barreira da inclusão encontra-se na percepção dos professores de que as crianças especiais são diferentes e de que a tarefa de as educar requer conhecimento, experiência, equipamentos, treinamento e escolas mais preparadas”.

Por outro lado, a escola deve proporcionar aos educadores a oportunidade de propor planos estratégicos de abrangência objetiva e específica, tentando sempre desenvolver ou programar ações mais receptivas aos alunos, (LODI, 2009.p. 99) diz que, “Quando a diferença do sujeito é significada de modo positivo, nas relações sociais, Isto é,

quando se compreende que, apesar da diferença, este sujeito é capaz, torna-se possível propiciar experiências para seu desenvolvimento”.

O direito à educação inclusiva é um direito inalienável que veio para revolucionar o sistema e as propostas curriculares vigentes. (PETER MITTLER 2003, P.35). “A inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua jornada profissional”.

Na opinião do autor, o foco principal para uma educação de qualidade é a formação adequada de professores, para que seus alunos sejam protagonistas do processo de aquisição de conhecimentos, competências e habilidades, nas diversas esferas da sociedade. (Oliveira, 2009, p. 67), concorda com a concepção de Mittler, quando diz. “Cremos que a educação é um dos campos de conhecimento e ação humanos mais promissores para a tomada de consciência da crise em que vivemos, gerando transformações e novos significados existenciais. Por isso, compreendemos ser necessário e urgente investir em processo de mudanças na formação profissional dos educadores, pois é sobre eles que recaem as exigências da sociedade quanto à formação de suas crianças e adolescentes no tocante a torná-los cidadãos que devem agir de forma crítica e participativa”.

A partir da década de 80 a inclusão de surdos no ensino regular passa ser vista como um processo no qual se amplia a participação de todos, trata-se de um novo paradigma social que trabalha uma nova prática educativa vivenciada nas escolas para que estas possam dar respostas positivas à diversidade de seus estudantes. Para (Lodi, 2009, p.113). “Abordagem dessa questão supõe uma análise de dois grandes desafios que professores das séries iniciais têm enfrentado: um deles refere-se à própria identidade – “ser professor” -, ou seja, sua profissão exige conhecimento e prática que os cursos de formação inicial nem sempre tem conseguido abordar e que a chamada “ formação continuada” não tem atingido na profundidade necessária. Outro desafio diz respeito às “propostas de inclusão escolar”. O medo, as dúvidas e principalmente os mitos tem acompanhado os professores, causando confusões teóricas, práticas pedagógicas inadequadas e frustrações”.

Ao discutirem-se perspectivas educacionais inclusivas, imaginam-se mudanças na formação de professores, - tarefa bastante delicada para quem não dispõe de tempo suficiente, já que ser professor ou professora é um compromisso sequencial de todos os anos e ano inteiro. Mesmo sendo necessária, ao se cogitar mudança de matrizes curriculares de cursos superiores de licenciatura, se estipula “conflitos” entre diretores, coordenadores e corpo docente principalmente. Para (MANTOAN 1997, p. 145), “a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mais apoiar a todos: professores, técnicos, alunos e pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Nada adianta se falar da inclusão do surdo, se o professor no seu período acadêmico, nunca ouviu falar, ou foi estimulado apelo menos a pensar no assunto. Na tentativa do oferecimento de uma educação igualitária, o educador deve primeiramente pensar-se como agente inclusivo, se sentir realmente à vontade para praticar a inclusão em salas aulas, como afirma (LODI, 2009.p. 114). “A luta pela valorização da escola e conhecimento como direito humano deve passar pela luta continuada de formação aprofundada dos professores”.

Acredita-se não ser possível pensar a formação de professores para alunos surdos de maneira isolada, contudo essa não formação plural deve ter suas consequências refletidas na sociedade como todo. Para refletir-se melhor sobre essa questão (LODI, 2009. P. 28), “julga oportuno resgatar algumas considerações sobre o conceito, os papéis e as funções dos diversos especialistas que compõem a equipe técnica pedagógica escolar.”

Vale ressaltar que algumas escolas ainda encontram dificuldades para formar uma equipe técnica pedagógica, formando assim uma lacuna na parte de organização de estratégias para ensino. O que também confirma (OLIVEIRA, 2009.p.16), ao dizer que. “Um apoio pedagógico que se proponha à mediação da construção de estratégias de ação, em perspectiva dialogada e coletiva, favorece a formação continuada e a melhoria da qualidade da ação docente”.

Ter como filosofia da educação a base teórica, que leva em conta às diferenças na aprendizagem dos indivíduos. Esse primeiro passo inspira todos os seguintes, porque o

trabalho de inclusão só se torna possível se orientado por uma proposta teórica condizente com suas finalidades. Dessa forma (Sasaki, 1997, p.41). Afirma que, “Apesar do acesso à escola, os surdos não tinham, e podemos dizer que ainda hoje, não têm assegurado a aprendizagem da leitura e da escrita de forma significativa”.

Para uma educação mais eficaz para os surdos. A formação do professor deve compreender a história dos alunos surdos, suas restrições sociais, familiares e escolares, as quais sempre foram submetidas, aos nexos políticos com a sociedade e as formas de aprendizagem. A escola deve ser participante da inclusão sim, mas, como um ambiente transformador, formar alunos, sensibilizar a comunidade escolar para a construção de escola para todos, onde será possível encontrar elos de interatividade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos do professor, (SASSAKI, 1997, p. 41) pontua que, “a inclusão da criança com surdez na rede regular de ensino requer uma boa preparação tanto do aluno quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração”.

O reconhecimento da LIBRAS como língua ou com como meio de representação de um grupo, trouxe ganhos ao desenvolvimento cultural do surda. No entanto, se faz necessário o surdo acompanhar estes ganhos; é importante que ele estabeleça o contato com a comunidade surda, para que realize sua identificação com a cultura, os costumes, a língua e, principalmente, a diferença de sua condição. Por intermédio das relações sociais, o sujeito tem possibilidade de aceção e representação de si próprio e do mundo, definindo suas características e seu comportamento diante da vivência social.

Acredita-se também, que, ainda são poucos os resultados diante do estabelecimento das diretrizes e obrigações, se o professor, um dos focos principais, não se sente a vontade dentro do seu próprio conhecimento para desenvolver a sua pratica docente com alunos surdos. Segundo (OLIVEIRA, 2009. P.34), “Essa perspectiva faz emergir uma nova proposta pedagógica para a escola inclusiva, - ações coletivas entre todos os segmentos profissionais da escola, com intuito de buscarem juntas as possíveis soluções para os desafios diários, visando também o aperfeiçoamento profissional de seus educadores”.

Percebe-se que esta pode ser uma ação de extrema complexidade, e reconhecer esta complexidade é estabelecer metas para o aperfeiçoamento. Segundo (Mantoan 2006,

p.16), “A inclusão escolar é um forte chamamento para que sejam revistas as direções em que estamos conduzindo o nosso papel como cidadãos, educadores, pais e societários. Muito já tem sido feito no sentido de um convencimento das vantagens da inclusão escolar”.

Conhecer-se como professor e suas reais limitações é o primeiro passo; a partir daí, unir forças de forma coletiva na escola é o segundo passo para se traçar estratégias de atendimento e ensino ao surdo. Por essa razão (PETER MITTLER 2003. P. 184) afirma que, “criar oportunidade para capacitação significa influenciar o modo como os professores sentem-se em relação à inclusão”.

Como os currículos das disciplinas podem ser adaptados para que o surdo se sinta inserido neles, e quais as contribuições que os ouvintes podem dar no aprendizado dos surdos? Na perspectiva dessa abordagem, não é difícil definir-se contribuição por parte da escola ou verificação de como a escola poderá contribuir para o sucesso do aluno. Assim diz (OLIVEIRA, 2009. P.37), “A educação é um direito constitucional do aluno, e a garantia da qualidade do ensino, é a sua maior contribuição”,

O processo de “conscientização por parte da equipe escolar”, no qual assume a sua inabilidade em lidar com alunos surdos e se dispõem a construir uma nova proposta de ensino-aprendizagem, é mais do que nunca por em prática a aceitação de uma nova cultura, uma nova língua- LIBRAS, e conhecer pelo menos partem de sua estrutura, é possibilitar melhores resultados de uma realidade educacional para os sujeitos inseridos. Para (PETER MITTLER 2003. P. 139). “A inclusão e exclusão começa na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aula que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecida em uma escola”.

A participação da família na escola é um dos passos que também se considera primordial para manter-se uma boa relação com a mesma, é um dos pontos fundamentais para o sucesso de projetos educativo, visto que a criança chega à escola depois de algum tempo de convívio do ambiente familiar e tem um cotidiano que se completa, atualiza-se e ou de certa forma modifica-se nas relações externas como é caso da escola. Segundo (BEYER, 2006), “Podemos sonhar defender uma utopia, estabelecer metas que signifiquem a gradual metamorfose de educadores, escolas, famílias e alunos em sujeitos

ativos, participantes, criativos no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino”.

A escola pode ter um importante papel no sentido de auxiliar os pais a conhecer melhor os filhos e a contribuírem com sua aprendizagem que muitas vezes parecem estagnadas. Por outro lado, em alguns depoimentos de famílias de alunos surdos matriculados no ensino regular, dizem-se acreditar que, o fato da não habilidade dos educadores em libras trouxe certos impactos para o aprendizado do surdo. Ainda (BEYER, Hugo Otto 2006), diz que, “As falas dos docentes anunciam e denunciam dificuldades, frustrações, temores, porem também a esperança de que, através dos vários intercâmbios a serem estabelecidos entre professores, pais, alunos, e outros sujeitos do espaço escolar, avanços e transformações possam ser produzidos, gerando-se uma inclusão escolar possível”.

Ainda hoje se percebe que, a entrada de crianças surdas na escola, para as famílias com crianças ouvintes são momento de alegria, para aquelas famílias com crianças surdas é motivo de certas duvidas ou angustias, pois muitas incertezas ainda se apresentam dentro do que se é esperado. Como pondera (Mantoan 2006, p. 30) “a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas. Apoiar a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que tenham sucesso na corrente educativa em geral”.

Assim, a formação docente que visa dotar o professor de uma consciência maior sobre o processo de inclusão, deve estar alicerçada no pressuposto de que a escola um espaço no qual todo têm capacidade de aprender, uns com mais facilidade e outros de maneira mais especifica. Mantoan (2006, p, 34), confirma tudo isso quando enfatiza que, “a necessidade de que todos os níveis dos cursos de formação de professores sofram modificações em seu currículo, de que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequado às diferenças”. O ideal é que na inclusão nas escolas de ensino regular, que as mesmas estejam preparadas para dar aos alunos surdos os conteúdos pela língua brasileira de sinais, através de recursos visuais, figuras e a língua portuguesa escrita e leitura, a fim de desenvolver nos alunos a memória visual e hábito da leitura e da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho levou-se em consideração questões sobre o processo de inclusão de pessoas surdas no ensino regular e a formação docente. Considerando que, cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem.

Outro aspecto importante a ser considerado e que emergiu nos discursos de alguns professores é a questão da linguagem. Compreende-se que se faz necessário a inserção da língua brasileira de sinais nos espaços escolares, deixando de ser apenas um recurso utilizado pelos professores ouvintes e passe ser uma disciplina inserida no currículo dos profissionais da educação, Como aponta (silva, 1996, p.)

“Na perspectiva inclusiva cabe não só o acesso à escola, como também a permanência com qualidade, significando o direito à aprendizagem e a socialização com o suporte necessário a cada uma das crianças do contexto regular de ensino”.

Portanto, o desafio da escola é trabalhar com o objetivo de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, de modo que sejam incluídos no processo educacional todos que dele, por direito, são sujeitos. Se houver o entendimento de que, a educação tem como meta central a formação de cidadãos para exercício consciente da cidadania, será necessária uma reforma na educação que valorize o currículo daqueles que como profissionais da educação conduzem o processo ensino-aprendizagem, como pontua (silva 2006, p. 150).

“As dificuldades das não estão em uma determinada disciplina porque é ou não abstrata, mas, na metodologia de como o professor expõe o conteúdo para os discentes. O ideal seria adaptar o conteúdo às necessidades de cada criança, de forma que venha atender as dificuldades de cada criança, seja ela com necessidades especiais ou não”.

Desenvolver o papel do ensino aprendizagem no processo de inclusão requer um compromisso maior com relação à formação continua de professores, na qual eles possam desenvolver atitudes e valores por meio da interatividade em sala de aula. Nessa interatividade espera-se uma interlocução e emissão, mas eficaz entre alunos e professores para uma visão de mundo com o compromisso da construção de uma sociedade igualitária.

Pois a construção de uma consciência social inclusiva se afirmará pela livre convivência e pelo conhecimento e reconhecimento da diversidade como pluralidade e respeito às diferenças.

Nesse contexto em que as vozes dos professores são suspiradas e respeitadas, nos parece o caminho ideal para os propósitos que defendem a educação, ainda que se tenham muitos outros desafios a serem enfrentados.

A Libras se trabalhada junto ao currículo dos profissionais da educação, assumirá um papel lingüístico que facilitará a comunicação e interação social que deverá garantir acima de tudo a motivação dos alunos surdos dentro de salas de aula.

As considerações sobre o tema abordado consideram que para uma escola ser inclusiva significa primeiramente acreditar no princípio de que todas as crianças podem aprender e o direito de aprender deverá proporcionar a todas as crianças o acesso igualitário a um currículo básico, rico e uma instrução de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, marina, caminhos para uma inclusão humana. São Paulo: didática paulista 2004

BEYER, Hugo Otto, inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais – porto alegre: mediação, 2005.

BRASÍLIA. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: Corde, 1994

BRASILIA. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) DF. Diário oficial da união, Brasília, 20 de dezembro 2006.

BRASILIA. Lei nº 10.436. Dispõe sobre a língua brasileira sinais - (LIBRAS) e dá outras providencias. Diário. Oficial. Da união. Brasília, 24 de abr. 2003.

- GOÉS, Maria C. R. Linguagem surdez e educação.** Campinas: Autores associados, 1996.
- LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte:** Autêntica, 2007.
- LODI, Ana Claudia Balieiro.** In: **LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (Orgs). Uma escola duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: mediação, 2009.
- MANTOAN, Maria Teresa Engler. A integração da pessoa com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: memmon, 1997.
- MANTOAN, Maria Teresa Engler. Integração X Inclusão: Escola (de Qualidade) para todos.** Escola de gente. Apost. 2004.
- MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MOURA, M. C. A língua de sinais na educação da criança surda.** São Paulo, Tec. Art. 1993.
- MOURA, Maria Cecília. O surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- ___.** **A língua de sinais na educação da criança surda.** São Paulo, Tec. Art. 1993.
- OLIVEIRA, L. de F. M de. Formação Docente na Escola Inclusiva: dialogo como fio tecedor.** Porto alegre: mediação, 2009.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA 1997.
- SASSAKI, R. K. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.** São Paulo: PRODEF, 1997.
- SILVA, A. B. P.; PEREIRA, M. C. C. O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor. Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Brasília v.19, n. 2, 2006.
- SKLIAR, Carlos. Educação & Exclusão: abordagens sócias antropológicas em Educação Especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997.
- SKLIAR, Carlos A. Surdez: Um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.